

Banco Honda S.A.

CNPJ nº 03.634.220/0001-65

Rua Dr. José Áureo Bustamante, 377 - CEP 04710-090 - Santo Amaro - São Paulo - SP



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do Banco Honda S.A. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas ao exercício de 2024, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: No exercício de 2024 o Banco apresentou um lucro líquido de R\$ 249,2 milhões, versus um lucro líquido de R\$ 73,7 milhões no exercício de 2023, reflexo positivo do resultado das intermediações financeiras no período.

Títulos e Valores Mobiliários: Para a data base de 31 de dezembro de 2024, o Banco possuía cotas subordinadas de dois fundos de investimentos em direitos creditórios: "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Auto-Honda" e "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Moto-Honda", sendo essas cotas classificadas como disponíveis para venda.

Índice de Basileia: O Banco calculou o índice em conformidade com a nova regulamentação do BACEN para cumprimento das regras prudenciais, conhecidas como Basileia III, ficando em 30,38% (36,34% em 31 de dezembro de 2023, conforme legislação vigente à época).

Genciamento de Riscos: Para atendimento ao disposto nas Resoluções nº 4.945/21 e 4.557/17, ambas do CMN, além da Resolução nº 130/2021 (BACEN), o Banco Honda dispõe de estrutura específica para a gestão integrada de riscos e de capital, sendo as atividades principalmente centradas na identificação, controle e mitigação dos riscos.

Conforme Estatuto Social do Banco Honda S.A., a Assembleia Geral decidirá sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, obedecendo os dispositivos legais. Nenhum dos sócios terá o direito a qualquer parcela dos lucros até que seja adotada deliberação expressa sobre sua destinação. A sociedade poderá levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais distribuindo os lucros então existentes. A sociedade poderá distribuir lucros, bem como declarar o pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação em vigor, cujo valor poderá ser imputado, líquido do imposto de renda retido na fonte, ao valor de dividendos obrigatórios. As informações relacionadas aos honorários dos nossos auditores independentes são disponibilizadas anualmente nas demonstrações financeiras da controladora Honda Motor Co., Ltd.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

ATIVO		PASSIVO	
	Nota	2024	2023
Ativo Circulante		4.279.643	3.106.060
Disponibilidades	4	3.285	4.072
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	502.227	362.580
Aplicações em operações compromissadas.....		502.227	362.580
Ativos Financeiros			
Títulos e valores mobiliários		137.365	113.394
Cotas de fundo de investimento.....	4	1.146	259
Cotas de fundo de investimento FIDC.....	5	136.219	113.135
Instrumentos financeiros derivativos	6	62.212	9.923
Instrumentos financeiros derivativos.....		62.212	9.923
Operações de crédito	7	3.556.770	2.607.223
Financiamentos - Setor privado.....		3.995.076	2.918.676
(Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito).....		(438.306)	(311.453)
Outros créditos	8	4.722	1.077
Diversos.....		4.722	1.077
Outros valores e bens		13.062	7.791
Bens não de uso próprio.....		19.316	11.943
Provisão para desvalorização.....		(6.339)	(4.270)
Despesas antecipadas.....		143	118
Reserva de longo prazo		4.895.622	2.799.544
Ativos Financeiros			
Instrumentos financeiros derivativos	6	745.713	6
Instrumentos financeiros derivativos.....		745.713	6
Operações de crédito	7	3.674.441	2.448.770
Financiamentos - Setor privado.....		3.945.860	2.622.116
(Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito).....		(271.419)	(173.346)
Outros créditos	8	2.012	1.772
Diversos.....		2.012	1.772
Ativos fiscais correntes e diferidos		473.456	349.002
Ativos fiscais diferidos.....	14d	473.456	349.002
Permanente		24.224	17.412
Investimentos		6	6
Outros investimentos.....		6	6
Imobilização de uso		4.400	1.064
Outras imobilizações de uso.....		5.168	1.559
(Depreciação acumulada).....		(768)	(495)
Intangível		19.818	16.342
Software.....		46.687	38.854
(Amortização acumulada).....		(26.869)	(22.512)
Total do ativo.....		9.199.489	5.923.016
Passivo Circulante		1.814.003	2.403.874
Passivos Financeiros			
Depósitos		827.309	590.216
Depósitos interfinanceiros.....		9.623.807	289.002
Depósitos a prazo.....		9.203.502	301.214
Recurso de aceites e emissão de títulos		10.376.913	1.205.981
Obrigações por emissão de letras financeiras.....		376.913	1.205.981
Obrigações por empréstimos	11	343.459	397.900
Obrigações por empréstimos.....		343.459	397.900
Instrumentos financeiros derivativos	6	-	47.093
Instrumentos financeiros derivativos.....		-	47.093
Provisões	13	22.575	1.519
Provisões para contingências.....		22.575	1.519
Outras obrigações	12	243.747	161.165
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....		2.355	1.442
Fiscais e previdenciárias.....		193.836	134.300
Diversas.....		47.556	25.423
Exigível a longo prazo		6.027.424	2.458.079
Passivos Financeiros			
Depósitos	9	959.177	829.245
Depósitos interfinanceiros.....		211.363	458.560
Depósitos a prazo.....		747.814	420.685
Recurso de aceites e emissão de títulos	10	1.573.908	867.213
Obrigações por emissão de letras financeiras.....		1.573.908	867.213
Obrigações por empréstimos	11	3.346.636	634.588
Obrigações por empréstimos.....		3.346.636	634.588
Instrumentos financeiros derivativos	6	-	34.545
Instrumentos financeiros derivativos.....		-	34.545
Provisões	13	9.021	24.486
Provisões para contingências.....		9.021	24.486
Outras obrigações	12	27.872	17.502
Diversas.....		27.872	17.502
Passivos fiscais correntes e diferidos		119.810	-
Passivos fiscais diferidos.....	14e	119.810	-
Patrimônio líquido	15	1.358.063	1.061.063
Capital social.....		784.387	594.387
Reserva de lucros.....		525.836	476.676
Outros resultados abrangentes.....		47.840	-
Total do passivo.....		9.199.489	5.923.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2º Semestre		Exercício
		2024	2024	
Resultado da intermediação financeira		1.375.947	2.430.410	1.023.347
Operações de crédito.....	7f	910.168	1.658.669	1.150.962
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....	5b	43.384	76.492	71.616
Resultado com instrumentos financeiros derivativos.....	6c	422.395	695.249	(199.231)
Despesas da intermediação financeira		(766.956)	(1.257.626)	(600.137)
Operações de captação no mercado.....		(201.703)	(398.371)	(359.332)
Despesas de obrigações por empréstimos.....	11b	(565.253)	(859.255)	(140.805)
Resultado bruto da intermediação financeira		608.991	1.172.784	523.210
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7e	(270.018)	(525.583)	(362.873)
Outras receitas(despesas) operacionais		(52.681)	(195.850)	(26.817)
Receita de prestação de serviços.....	16	98.703	185.965	129.320
Outras despesas administrativas.....	17	(205.488)	(378.554)	(273.896)
Despesas de pessoal.....		(20.525)	(40.488)	(35.967)
Despesas tributárias.....		(36.468)	(67.059)	(47.899)
Outras receitas operacionais.....	18	128.123	135.270	223.348
Outras despesas operacionais.....	19	(17.026)	(31.004)	(21.723)
Resultado operacional		286.232	451.251	133.520
Resultado não operacional		(11)	(1.182)	(2.332)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		286.281	450.169	131.188
Imposto de renda.....	14a	(74.070)	(140.676)	(98.001)
Contribuição social.....	14a	(59.721)	(113.119)	(78.831)
Ativo fiscal diferido.....		6.579	52.786	19.932
Lucro líquido do semestre/exercícios		159.069	249.160	73.688
Lucro líquido por ação de capital social - R\$		5,76	9,03	2,67

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais)

	2º Semestre		Exercício
	2024	2024	
Lucro líquido do semestre/exercícios	159.069	249.160	73.688
Outros resultados abrangentes	(36.237)	(47.840)	-
Hedge de Fluxo de Caixa.....	(65.887)	(86.983)	-
Impostos (IRPJ/CSL).....	29.649	39.143	-
Resultado abrangente total	122.832	201.320	73.688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional
O Banco Honda S.A. (Banco, Instituição ou Banco Honda), autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), iniciou suas atividades no ano de 2020, para operar como banco múltiplo com operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras de investimentos e de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. A atividade operacional do Banco consiste, principalmente, no financiamento de veículos, através da modalidade do crédito direto ao consumidor, portanto com alienação fiduciária do bem, como garantia real das operações. Adicionalmente, de acordo com o seu Estatuto Social, o Banco Honda S.A. é uma sociedade anônima, de capital fechado, a qual tem sua sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. José Áureo Bustamante, nº 377, 3º andar, Bairro Santo Amaro, CEP 04710-090. A Honda South América Ltda. é sua acionista detentora da totalidade do capital social.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela resolução BCB 02 de Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, considerando as Emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN. A emissão das demonstrações financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi aprovada pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2025.

3. Resumo das principais práticas contábeis
a. Apuração do resultado
As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério pro rata temporis, com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

b. Estimativas contábeis
A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração se utilize de pressupostos e julgamentos na determinação do lucro e registro de estimativas contábeis, como provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e as pressupostos mensalmente.

c. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
Conforme CPC 01, reconhecido pela Resolução CMN nº 4.524/2021, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em valor recuperável de ativos *impairment*, os ativos são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado do período.

d. Ativo circulante e realizável a longo prazo
Caixa e equivalentes de caixa
São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas e títulos e valores mobiliários, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Títulos e Valores Mobiliários
Para os dois fundos de investimentos em direitos creditórios "Fundo de investimento em direitos creditórios Auto-Honda" e "Fundo de investimento em direitos creditórios Moto-Honda", o patrimônio líquido corresponderá ao valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Adicionalmente, todos os recursos que os Fundos possam receber, relativos a penalidades, indenização ou taxas compensatórias deverão ser incorporados ao Patrimônio Líquido.
(i) Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período.
(ii) Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
(iii) Títulos disponíveis para venda - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta de resultado do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/90 do BACEN, que requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda máxima). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações reconhecidas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideradas suficiente pela Administração, atendem ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7d.

Instrumentos financeiros derivativos
Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra o risco ou não. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições aos riscos ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado e em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato, e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

- Hedge de risco de mercado:** Os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado reconhecidos no resultado do período.
- Hedge de fluxo de caixa:** Os ativos e passivos financeiros objeto de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações do efeito da marcação a mercado, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de Avaliação Patrimonial". Os ganhos ou perdas decorrentes da valorização ou desvalorização são reconhecidos no resultado do período. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente no resultado do período. Em suas estratégias, o Banco, aderiu ao Hedge de Fluxo de Caixa, que consiste em estruturas de proteção à variação em recebimentos e pagamentos de juros na exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros referentes aos ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos. São refletidos contabilmente os efeitos econômicos de proteção desejados, reduzindo o risco de variação nos fluxos de caixa associados ao objeto de hedge.
No momento da designação inicial do *hedge*, o Banco formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*, considerando métodos de cálculo convencionais. O Banco faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, se existem uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de *hedge* estão dentro do intervalo de 80% e 125%.
Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor justo de acordo com a

intenção da Administração, na data contração da operação, levando-se em conta sua finalidade. Nas operações de Swap o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa pro-rata até a data do balanço.

As operações são custodiadas na B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão (B3) e avaliadas a valor de mercado, o que consiste em atualizar diariamente o seu valor pelo preço de negociação no mercado ou a melhor estimativa deste valor, com base nas taxas referenciadas da B3.
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda
São aqueles não abrangidos no conceito de ativo financeiro, conforme regulamentação específica. Referem-se basicamente a moques e valores recebidos em objeto de pagamento. Os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria. Mensalmente efetuamos o cálculo de valorização e desvalorização dos bens da carteira de retomada. Os bens não de uso próprio são classificados como ativos não financeiros mantidos para venda, conforme Resolução CMN nº 4.747/2019.

Ativos e passivos fiscais diferidos
Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade do Banco e as expectativas de resultados futuros, e referem-se, principalmente, às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social. Os créditos tributários foram constituídos à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites para o imposto de renda, e à alíquota de 20% para a CSLL.

Ativos contingentes
O Banco não reconhece ativos contingentes, exceto quando há decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e que não caiba mais recurso. O Banco não apresenta ativos contingentes reconhecidos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Despesas antecipadas
As despesas de comissões pagas pela intermediação de concessão de operações de crédito são reconhecidas no ato de sua contração.

Outros ativos
São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro-rata) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de mercado ou de realização.

e. Ativo permanente
Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

- Depreciação dos custos dos bens do imobilizado:** é reconhecida pelo método linear, com base em taxas anuais sendo: sistema de processamento de dados 20%; veículos 20%, e demais equipamentos 10%.
- Imóvel representado por software:** reajustado com base nas orientações da Instrução Normativa BCB nº 276, com vida útil definida e cuja utilização terá benefício econômico futuro, é amortizado pelo método linear à taxa de 20% ao ano.

f. Passivo circulante e exigível a longo prazo
Provisão para imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída sobre bases tributáveis às seguintes alíquotas:

- Imposto de renda:** 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício.
- Contribuição social:** 20% sobre o lucro tributável a partir de janeiro de 2020, conforme a emenda Instrução Normativa 1.942.

Passivos contingentes e obrigações legais
Os passivos contingentes são contabilizados com base em informações dos assessores jurídicos e no histórico de perda referente aos valores reivindicados em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, para processos classificados com perda provável. As contingências passivas classificadas como perda provável são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisionamento em divulgação. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, atualizados com base nos extratos bancários dos mesmos, sem dedução das provisões para passivos contingentes e obrigações legais, em atendimento às normas do BACEN.

As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.
Outros passivos
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias (em base pro-rata) incorridas.

g. Resultados Recorrentes e não Recorrentes
As práticas contábeis para definição dos resultados recorrentes e não recorrentes foram efetuadas conforme Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, a qual, define as prerrogativas de descrição e evidenciamento nas demonstrações financeiras das instituições. Assim, foram considerados os seguintes critérios para resultados não recorrentes:

- Não estar relacionado ou estar relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição;
- Não estar previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros;
- Normas e interpretações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de**

Banco Honda S.A.

CNPJ nº 03.634.220/0001-65

Rua Dr. José Áureo Bustamante, 377 - CEP 04710-090 - Santo Amaro - São Paulo - SP



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

Encargos financeiros dos créditos: Deverão ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os encargos financeiros sobre as perdas incorridas no recebimento de créditos e reconhecidos contabilmente como receitas de operações inadimplidas ou após a data da decretação da falência ou do deferimento da recuperação judicial do devedor. No período em que se tornarem disponíveis para a pessoa jurídica, para os fins legais, deverão ser adicionados.

Recuperação de Créditos: Deverão ser computados na base de cálculo do IRPJ e da CSLL o montante dos créditos deduzidos que tenham sido recuperados, em qualquer época ou a qualquer título, inclusive nos casos de novação da dívida ou do arrejo dos bens recebidos em garantia real.

Adicionalmente, de acordo com a MP 1.261/24 os instrumentos financeiros que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 e que não tenham sido deduzidos até essa data e que não tenham sido recuperados, somente poderão ser excluídos do lucro real, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

Impactos Estimados da Adoção das Novas Normas

As novas normas acima mencionadas começam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025, porém, conforme estabelecido pela normativa, as instituições devem divulgar nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, os impactos estimados da implementação dessas regulações contábil e fiscal, sobre o resultado e a posição financeira do Banco. Os quadros abaixo apresentam os impactos estimados dos novos normativos frente as demonstrações financeiras na data-base de 31/12/2024:

	Dez/2024	Dez/2023
Patrimônio líquido antes dos ajustes estimados provenientes da adoção das novas normas	1.358.063	
Efeito da adoção inicial Resolução CMN nº 4.966/21		
Provisão para perdas incorridas e esperadas associadas ao risco de crédito	4.841	
Impostos sobre provisão para perdas	(2.178)	
Receita decorrente da alteração do prazo efeito de stop accrual	1.335	
Impostos sobre Receita decorrente da alteração do prazo efeito de stop accrual	(662)	
Patrimônio líquido após ajustes estimados provenientes da adoção das novas normas	1.361.399	

4. Caixa e equivalentes de caixa

Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	Dez/2024	Dez/2023
Disponibilidades		
Contas correntes bancárias	3.285	4.072

Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Dez/2024	Dez/2023
Letra do Tesouro Nacional - LTN - posição bancada	502.227	362.580

Títulos e valores mobiliários

	Dez/2024	Dez/2023
Cotas de fundos de investimentos	1.146	259
Total	506.658	366.911

5. Títulos e valores mobiliários

Referem-se a fundos de investimento em direitos creditórios classificados como disponíveis para venda, com possibilidade de resgate antecipado, conforme a seguinte disposição:

	Dez/2024		Dez/2023	
	Valor de Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor de Custo Atualizado	Valor de Mercado
Cotas subordinadas - FIDC Auto Honda (i)	84.143	84.143	71.273	71.273
Cotas subordinadas - FIDC Moto Honda (ii)	52.076	52.076	41.862	41.862
Total	136.219	136.219	113.135	113.135

a. Cotas de investimento - Fundo de investimento em direitos creditórios

Para a data base de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Banco possuía cotas subordinadas de dois fundos de investimentos em direitos creditórios:

(i) Fundo de investimento em direitos creditórios Auto-Honda

É um fundo de investimento aberto, administrado pela BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. E gerido pela BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, criado exclusivamente com a finalidade de compra dos recebíveis originados pela Honda Automóveis do Brasil Ltd.

O Banco Honda, sob a condição de cotista subordinado, efetuou seu primeiro investimento em 24 de outubro de 2017.

(ii) Fundo de investimento em direitos creditórios Moto-Honda

É um fundo de investimento aberto, administrado pelo Santander Caceis Brasil Distribuidora De Títulos e Valores Mobiliários S.A. e gerido pela Cultinvest Asset Management Ltda., criado exclusivamente com a finalidade de compra dos recebíveis originados pela Moto Honda da Amazônia Ltda.

O Banco Honda, sob a condição de cotista subordinado, efetuou seu primeiro investimento em 09 de outubro de 2019.

b. Resultado com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre 2024		Exercício 2023	
	Dez/2024	Dez/2023	Dez/2024	Dez/2023
Rendas de aplicação em cotas de fundo de investimento	11.776	23.063	22.727	27.100
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	31.608	53.469	48.389	47.616
Total	43.384	76.492	71.116	74.716

6. Instrumentos Financeiros Derivativos

Política de utilização

O Banco Honda utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, com o propósito de atender às suas necessidades de gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descausamentos entre moedas, indexadores e prazos de suas carteiras, assim como posições de arbitragem. A efetividade dos instrumentos de hedge é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de instrumentos financeiros derivativos e dos valores de mercado dos itens objeto de hedge.

Objetivos

O objetivo é a proteção contra risco de mercado e arbitragem, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial. O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de moeda e de taxas subdivididas nos diversos indexadores (pré, dólar, cupom cambial, real e CDI). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os quais são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários.

Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado

Com a finalidade de mitigar o risco de mercado, representado na Instituição pelo "IRRBB (risco de taxa de juros na carteira bancária)", é realizada a identificação, mensuração, controle e mitigação da exposição ao risco de mercado da carteira bancária, utilizando choque de juros padronizados e fim de verificar impactos no valor econômico e no resultado, respectivamente, por meio dos indicadores: a) Economic Value of Equity (EVE) que avalia os impactos de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa e b) Net Interest Income (NII) que avalia os impactos de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação.

a) Carteira de Derivativos

Tipo	Dez/2024					
	Valor de custo			Valor justo		
	referência	Ajuste a receber	Ajuste a pagar	Posição líquida	Ajuste a receber	Ajuste a pagar
Swap (1)	3.410.931	313.790	(1.821)	311.969	470.624	-470.624
Swap HAFC (2)	1.474.845	337.301	-337.301	337.301	337.301	-337.301
Total	4.885.776	651.091	(1.821)	649.270	807.925	-807.925

Tipo	Dez/2023					
	Valor de custo			Valor justo		
	referência	Ajuste a receber	Ajuste a pagar	Posição líquida	Ajuste a receber	Ajuste a pagar
Swap (1)	2.720.765	13.006	(43.207)	(30.201)	9.923	(81.638)
		13.006	(43.207)	(30.201)	9.923	(81.638)

(1) Swap: Hedge de risco de mercado (Hedge econômico).

(2) Swap - HAFC: Hedge Accounting Fluxo de Caixa.

Até o exercício de 2024, o Banco Honda efetuou operações de Hedge Accounting Fluxo de Caixa, sendo que a parcela efetiva das marcações a mercado, são contabilizadas em conta do Patrimônio líquido, já líquido dos efeitos tributários. A marcação a mercado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 47.840 e em 31 de dezembro de 2023, não tivemos operações de Hedge Accounting Fluxo de Caixa. Mensalmente é elaborado o teste de efetividade, e o valor apurado da parcela inefetiva, é contabilizado diretamente no resultado.

b) Composição dos instrumentos financeiros derivativos por prazo de vencimento

Os valores de mercado e por faixa de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais, estão demonstrados a seguir:

Tipo	Dez/2024				
	Vencimento - Valor justo				
	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	A vencer após 360 dias	Total geral
Swap (ponta ativa)	-	-	56.655	413.969	470.624
Swap (ponta ativa) - HAFC	-	-	5.557	331.744	337.301
Swap (ponta passiva)	-	-	-	-	-
Swap (ponta passiva) - HAFC	-	-	-	-	-

Tipo	Dez/2023				
	Vencimento - Valor justo				
	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	A vencer após 360 dias	Total geral
Swap (ponta ativa)	6.161	3.762	-	-	9.923
Swap (ponta ativa) - HAFC	-	-	-	-	-
Swap (ponta passiva)	-	-	-	-	-
Swap (ponta passiva) - HAFC	(4.286)	(190)	(42.617)	(34.545)	(81.638)

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registradas na B3, cujos valores referenciais são contabilizados em contas de compensação, como segue:

Tipo	Dez/2024				
	Vencimento - Valor justo				
	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	A vencer após 360 dias	Total geral
Swap (ponta ativa)	2.692.350	-	185.733	3.050.557	3.276.290
Swap (ponta passiva)	Pré 2.692.350	-	142.829	2.467.222	2.610.051
Swap (ponta ativa)	JPY 350.000	-	156.009	208.520	364.529
Swap (ponta passiva)	Pré 350.000	-	150.453	196.209	346.662
Swap (ponta ativa)	CDI 1.843.426	-	379.985	1.592.289	1.972.714
Swap (ponta passiva)	Pré 1.843.426	-	366.232	1.482.223	1.848.455

c) Composição dos itens objeto de hedge

Passivo

Itens Objeto de "Hedge Fluxo de Caixa"	Dez/2024				
	Vencimento - Valor justo				
	Indexador	referência	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	A vencer após 360 dias
Swap (ponta ativa)	USD	1.037.955	243.102	-	155.276
Swap (ponta passiva)	Pré	1.037.955	247.387	-	188.990
Swap (ponta ativa)	CDI	1.682.810	302.651	434.783	295.387
Swap (ponta passiva)	Pré	1.682.810	296.492	431.210	304.301

d) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2º Semestre 2024		Exercício 2023	
	Dez/2024	Dez/2023	Dez/2024	Dez/2023
Resultado de instrumentos financeiros	422.395	695.249	(199.231)	-

7. Operações de Crédito

a. Composição da carteira de crédito por setor de atividade

	Dez/2024	Dez/2023
Sector privado		
Indústria	3.285	1.447
Comércio	176.633	101.942
Outros serviços	61.199	26.245
Pessoa física	7.699.839	5.411.158
Total	7.940.936	5.540.792

b. Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

	Dez/2024		Dez/2023	
	Saldo inicial	Adição/Atualização Monetária	Utilização	Reversão
Contingências cíveis (i)	10.336	11.414	(7.186)	(15)
Contingências trabalhistas (ii)	14.150	3.864	(2.765)	(330)
Contingências tributárias (iii)	1.519	608	-	2.127
Total	26.005	15.886	(9.951)	(345)

Em 31 de dezembro de 2024 o Banco possui um total de R\$ 2.308 para processos tributários, sendo R\$ 1.805 discutidos na esfera judicial e R\$ 503 em discussão na esfera administrativa cujos riscos de perdas foram classificados como possível (R\$ 1.501 em 31 de dezembro de 2023). E um total de R\$ 176 em processos cíveis, classificados como possível (R\$ 195 em 31 de dezembro de 2023).

c. Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações

	Dez/2024		Dez/23	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação	450.169	450.169	131.188	131.188

Adições temporárias

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	528.374	528.374	366.816	366.816
Provisão para contingências	15.886	15.886	9.841	9.841
Marcação ao Mercado dos derivativos	40.993	40.993	102.054	102.054
Provisão comissão e bônus	162.297	162.297	104.943	104.943
Outras adições	24.915	24.915	18.510	18.510
Total	729.565	729.565	538.970	538.970

Reversão/Utilização da provisão para contingência	(10.296)	(10.296)	(14.217)	(14.217)
Marcação ao Mercado dos derivativos	(238.672)	(238.672)	(26.907)	(26.907)
Reversão comissão e bônus	(160.576)	(160.576)	(103.768)	(103.768)
Outras exclusões	(19.423)	(19.423)	(16.011)	(16.011)
Total	(528.062)	(528.062)	(397.846)	(397.846)

Alíquota-base	65.509	114.013	59.577	79.569
Incentivo	(400)	-	(400)	-
PAT	(263)	-	(179)	-
Ajuste de períodos anteriores	(1.152)	(894)	(857)	(738)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	140.676	113.119	98.001	78.831

Resultado antes da tributação

Adições temporárias	729.565	729.565	538.970	538.970
Reversão/Utilização da provisão para contingência	(10.296)	(10.296)	(14.217)	(14.217)
Marcação ao Mercado dos derivativos	(238.672)	(238.672)	(26.907)	(26.907)
Reversão comissão e bônus	(160.576)	(160.576)	(103.768)	(103.768)
Outras exclusões	(19.423)	(19.423)	(16.011)	(16.011)
Total	(149.402)	(149.402)	(116.933)	(116.933)

Alíquota-base	65.509	114.013	59.577	79.569
Incentivo	(400)	-	(400)	-
PAT	(263)	-	(179)	-
Ajuste de períodos anteriores	(1.152)	(894)	(857)	(738)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	140.676	113.119	98.001	78.831

8. Imposto de renda e contribuição social

	Dez/2024		Dez/23	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação	450.169	450.169	131.188	131.188

Adições temporárias

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	528.374	528.374	366.816	366.816
Provisão para contingências	15.886	15.886	9.841	9.841
Marcação ao Mercado dos derivativos	40.993	40.993	102.054	102.054
Provisão comissão e bônus	162.297	162.297	104.943	104.943
Outras adições	24.915	24.915	18.510	18.510
Total	729.565	729.565	538.970	538.970

Reversão/Utilização da provisão para contingência	(10.296)	(10.
---	----------	------

Banco Honda S.A.

CNPJ nº 03.634.220/0001-65

Rua Dr. José Áureo Bustamante, 377 - CEP 04710-090 - Santo Amaro - São Paulo - SP



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

20. Transações com partes relacionadas

A controladora direta do Banco é a Honda South América Ltda., sendo a controladora final a Honda Motors Co., com sede no Japão. As transações com partes relacionadas restringem-se a operações de incentivo à venda de produtos fabricados por estas empresas e utilização de bens imóveis, todos devidamente suportados por contratos entre as partes.

	2º Semestre		Exercício	
	2024	2023	2024	2023
	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)
Honda Automóveis do Brasil Ltda. (Coligada)				
Valores a receber.....	-	229	-	-
Moto Honda da Amazônia Ltda. (Coligada)				
Valores a receber.....	-	-	(205)	(211)
Outras despesas.....	(1.405)	(295)	(2.528)	(2.325)
Honda Serviços Ltda. (Coligada)				
Prestação de serviço de assessoria administrativa.....	(17.264)	(5.611)	(34.897)	(30.777)
Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. (Coligada)				
Aluguel de móveis e equipamentos.....	(110)	-	(751)	(196)
Depósitos a prazo.....	(31.005)	(653.265)	(59.902)	(492.966)
Valores a receber.....	-	-	-	(12)
Honda Leasing (Coligada)				
Depósitos interfinanceiros.....	(1.285)	(25.331)	(2.488)	(23.555)
FIDC Auto Honda (Investimento)				
Agente de cobrança.....	3.096	-	6.745	-
FIDC Moto Honda				
Agente de cobrança.....	4.457	-	9.622	-

O Banco dispõe de uma Política de Remuneração dos seus Administradores que prevê o pagamento de remuneração variável condicionada ao resultado do Banco, e qualquer remuneração deve ser aprovada sempre no exercício anterior ao do pagamento e se atendidos os seguintes requisitos nesta Política. No semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco não efetuou pagamentos de remuneração variável aos seus Administradores, uma vez que a remuneração dos administradores é realizada por outra Empresa do conglomerado.

21. Outras informações

a. Fundo de pensão
O Banco é patrocinador da PREVIHONDA - Sociedade de Previdência Privada de um plano de previdência aos seus funcionários e diretores na modalidade de contribuição definida. As contribuições aportadas ao plano no decorrer do exercício de 2024 somaram R\$ 216 (R\$ 209 no exercício de 2023), contabilizados na rubrica de despesa com pessoal.

b. Limite operacional

Em 31 de dezembro de 2024, o Índice de Basileia apurado pela instituição foi calculado em conformidade com a nova regulamentação do BACEN para cumprimento das regras prudenciais, conhecidas como Basileia III, ficando em 30,38% (36,34% em 31 de dezembro de 2023, conforme legislação vigente à época).

c. Gerenciamento de Riscos e Capital

Para atendimento ao requerido nas Resoluções 4.945/21 e 4.557/17, ambas do CMN, além da Resolução BCB 130, o Banco Honda dispõe de estrutura específica para a gestão integrada de riscos e de capital, sendo as atividades principalmente centradas na identificação, controle e mitigação dos riscos. Para nortear essas atividades, a diretoria do Banco Honda estabeleceu diferentes níveis de severidade de perdas, considerando o apetite por riscos da Instituição, e respectivos alertas para acionar ações e contramedidas específicas. Destaca-se ainda a realização contínua de testes de estresse. Tais procedimentos, dentre outros, encontram-se descritos nas políticas para o gerenciamento de riscos e de capital, assim como na declaração de apetite por riscos.

Gerenciamento do Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito se baseia na manutenção de ativos financeiros de alta qualidade, ou seja, com reduzida probabilidade de perdas de valores por risco de contraparte, utilizando-se de modelos desenvolvidos para avaliar o grau de risco de cada grupo/cliente, assim como ponderações tempestivas, considerando a dimensão do risco de contraparte, de concentração e os efeitos das variações macroeconômicas. Sobre o risco de crédito de contraparte, este aborda a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações. Em relação ao risco de crédito de concentração, vincula-se diretamente a possibilidade de perdas associadas a exposições significativas a uma mesma contraparte. O Banco Honda utiliza modelos internos para calcular a probabilidade individual de default de cada cliente e o valor em risco projetado.

Gerenciamento do Risco de Mercado

Com a finalidade de mitigar o risco de mercado, representado na Instituição pelo "IRRB" (risco da taxa de juros na carteira banking), é realizada a identificação, mensuração, controle e mitigação da exposição ao risco de mercado da carteira bancária, utilizando choque de juros padronizados a fim de verificar impactos no valor econômico e no resultado, respectivamente, por meio dos indicadores: a) Economic Value of Equity (EVE) que avalia os impactos de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa e b) Net Interest Income (NII) que avalia os impactos de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação.

Gerenciamento do Risco de Liquidez

Objetivando garantir a manutenção de recursos necessários, conforme estratégias dos negócios, a Instituição adota controles rigorosos sobre o fluxo de caixa futuro a fim de mitigar possíveis riscos de liquidez. Neste sentido, o Banco Honda adota procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar possíveis descasamentos entre entradas e saídas de valores nos compromissos futuros, considerando riscos de contrapartes, prazos e indexadores.

Gerenciamento do Risco Operacional

O gerenciamento do risco operacional possui como principal objetivo a efetivação de medidas referentes a procedimentos, padrões e instrumentos que possibilitem a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de perdas relacionadas ao negócio, sejam estas decorrentes de ocorrências externas ou internas, tais como fraudes, erros, desvios ou práticas inadequadas de colaboradores, parceiros, agentes externos, entre outros.

Gerenciamento do Risco Socioambiental

Com a finalidade de se mitigar as perdas, provenientes de danos socioambientais, a Instituição promove, dentre outras medidas, a efetivação de rotinas e procedimentos, para seguir, além das diretrizes corporativas, as diretrizes internas para monitoramento e prevenção dos riscos socioambientais nas operações dos negócios, assim como investe no desenvolvimento e capacitação dos profissionais por meio de treinamentos e certificações.

Gerenciamento do Risco de Conformidade

Para o gerenciamento do risco de conformidade, a Instituição busca propor, adequar e fortalecer o sistema de Controles internos, por meio da apresentação de informações, orientações e subsídios para a tomada de decisão pela "Alta Administração" em um contexto orientado para se assegurar a conformidade da Instituição em termos legais, em relação aos normativos internos, assim como à "Filosofia Honda".

Gerenciamento do Risco Reputacional

No contexto de gerenciamento do risco em questão, o Banco Honda possui estrutura específica de procedimentos, para a mitigação e controle das perdas oriundas de aspectos que possam prejudicar a reputação da marca Honda.

Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital monitora e controla a necessidade de capital próprio para se fazer frente às adversidades que a Instituição possa incorrer no futuro, considerando também os seus objetivos estratégicos. O Banco Honda desenvolve atividade de avaliação do requerimento mínimo de capital, bem como utiliza procedimentos para a efetivação de projeções e testes regulares, assim como elabora e revisa normativos e estratégias. O detalhamento das estruturas acima expostas está evidenciado no site do Banco Honda, na seção de "Gerenciamento de Riscos", e os relatórios dessas atividades estão disponíveis na sua sede. O **Covenants** são regras estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos que têm por objetivo comprometer o devedor de forma mais eficaz do que as garantias tradicionais. O Banco é devedor por empréstimos (nota explicativa nº 11) obtidos junto ao Banco de Tokyo Mitsubishi Brasil S.A. (Banco MUBG Brasil S.A.), Banco Mizho do Brasil S.A., Norin Chuo Kinko e Japan Bank for International Cooperation (JBIC), cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioeconômica. Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. Essas informações também são monitoradas e requeridas pelos credores mencionados. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve nenhuma quebra nas cláusulas de covenants por parte do Banco.

e. Análise de Sensibilidade

A manutenção de uma política conservadora pela Instituição minimiza os efeitos da volatilidade de preços do mercado sobre seus negócios financeiros. Neste contexto, as captações externas efetivadas pelo Banco (empréstimos em moedas estrangeiras), são 100% protegidas, através de instrumentos financeiros, de variações nos preços das moedas/juros. No que se refere às captações internas, sejam estas pré ou pós-faixas (risco da taxa de juros), destaca-se a gestão da posição ativa/passiva adequadamente alinhada nestes indexadores, minimizando o efeito da volatilidade da taxa de juros sobre as carteiras e resultados.

f. Resultados recorrentes e não recorrentes

Atendendo às alterações exigidas pela Resolução BACEN nº 2/20 e Resolução CMN nº 4.818, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os resultados divulgados pelo Banco são recorrentes. Dessa forma, não há resultados não recorrentes para os períodos apresentados.

DIRETORIA	RODRIGO NOROBU GONDO Diretor Presidente	MASAICHI KOBAYASHI Diretor	SERGIO LUIZ CRUZ Diretor	FABIO LUIZ LOURENÇO FAVARON Diretor	ARATA ICHINOSE Diretor	JOSÉ MAURO DO CARMO CONTADOR - CRC 1SP168947/0-0
------------------	---	--------------------------------------	------------------------------------	---	----------------------------------	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores do Banco Honda S.A. - São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Honda S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com os demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com

nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distor-

ção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliávamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar dúvidas significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliávamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunico-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP-271754/O-9

HONDA

Leasing

CNPJ nº 03.634.239/0001-01

Avenida Senador Roberto Simonsen, 304 - CEP: 09530-401 - Santo Antônio - São Caetano do Sul - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Honda Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil ("Honda Leasing" ou "Instituição") submete à apreciação de V.Sas., o relatório da administração, as demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas relativas ao 2º semestre de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), bem como o relatório dos auditores independentes.

Desempenho: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Honda Leasing apresentou lucro líquido de R\$ 1.518 (lucro líquido de R\$ 1.616 em 31 de dezembro de 2023), originado substancialmente pelas receitas em aplicações financeiras apuradas no período.

Índice de Basileia: O Índice de Basileia, foi apurado de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo, calculado em conformidade com a regulamentação do BACEN para cumprimento das regras prudenciais, conhecidas como Basileia III, foi de 30,38% (36,34% em 31 de dezembro de 2023, conforme legislação vigente).

Governança Corporativa: Conforme Estatuto Social da Honda Leasing, a Assembleia Geral decidirá sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, obedecido os dispositivos legais. Nenhum dos sócios terá o direito a qualquer parcela

dos lucros até que seja adotada deliberação expressa sobre sua destinação. A sociedade poderá levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais distribuindo os lucros então existentes. A sociedade poderá distribuir lucros, bem como declarar o pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação em vigor, cujo valor poderá ser imputado, líquido do imposto de renda retido na fonte, ao valor de dividendos obrigatórios.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 2023 não houve distribuição de dividendos. As informações relacionadas aos honorários dos nossos auditores independentes são disponibilizadas anualmente nas demonstrações financeiras da controladora Honda Motor Co., Ltd.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	ATIVO		PASSIVO		
		2024	2023	Nota	2024	2023
Circulante.....		25.707	23.748	Circulante.....	611	569
Disponibilidades.....	4	376	193	Outras obrigações.....	7	11
Títulos e valores mobiliários.....		25.331	23.555	Fiscais e previdenciárias.....	7	11
Certificados de Depósito Bancário.....	5	25.331	23.555	Imposto de Renda e Contribuição Social.....	7	600
Realizável a longo prazo.....		71	495	Diversas.....	7	-
Ativos Financeiros.....		4	13	Realizável a longo prazo.....	9	34
Crédito tributário.....		4	13	Provisões.....	9	34
Crédito tributário.....		4	13	Provisões para contingências.....	8	9
Outros créditos.....		67	482	Patrimônio líquido.....	25.158	23.640
Diversos.....	6	67	482	Capital:		
				De domiciliados no País.....	10	11.867
				Reserva de lucros.....	13.291	11.773
Total do ativo.....		25.778	24.243	Total do passivo.....	25.778	24.243

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Outras		
Saldos em 31 de dezembro de 2022.....	11.867	869	9.288	-	22.024
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	1.616	1.616
Destinação do lucro:					
Reserva legal.....	-	80	-	(80)	-
Reservas Especiais de Lucro.....	-	-	1.539	(1.539)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023.....	11.867	949	10.824	-	23.640
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	1.518	1.518
Destinação do lucro:					
Reserva legal.....	-	76	-	(76)	-
Reservas Especiais de Lucro.....	-	-	1.442	(1.442)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024.....	11.867	1.025	12.266	-	25.158
Saldos em 30 de junho de 2024.....	11.867	987	11.548	-	24.402
Lucro líquido do semestre.....	-	-	-	756	756
Destinação do lucro:					
Reserva legal.....	-	38	-	(38)	-
Reservas Especiais de Lucro.....	-	-	718	(718)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024.....	11.867	1.025	12.266	-	25.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2º semestre		2024	2023
		2024	2023		
Receitas da intermediação financeira.....		1.285	2.488	2.766	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....	11.a	1.285	2.488	2.766	
Resultado bruto da intermediação financeira.....		1.285	2.488	2.766	
Outras Receitas/ Despesas operacionais.....		(153)	(364)	(479)	
Outras despesas administrativas.....	11.b	(59)	(208)	(321)	
Despesas tributárias.....	11.c	(135)	(199)	(158)	
Outras receitas operacionais.....	11.d	41	67	-	
Outras despesas operacionais.....	11.e	-	(24)	-	
Resultado operacional.....		1.132	2.124	2.287	
Resultado não operacional.....		11.f	-	121	3
Resultado antes da tributação sobre o lucro.....		1.132	2.245	2.290	
Imposto de renda.....	9.b	(197)	(376)	(383)	
Contribuição social.....	9.b	(179)	(343)	(295)	
Ativo fiscal diferido.....	9.c	-	(9)	4	
Lucro líquido.....		756	1.518	1.616	
Lucro líquido por ação do capital social - R\$.....		0,11	0,22	0,23	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais)

	2º semestre	2024	2023
--	-------------	------	------



Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 03.634.239/0001-01

Avenida Senador Roberto Simonsen, 304 - CEP: 09530-401 - Santo Antônio - São Caetano do Sul - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

passados e condições atuais. De acordo com a Res. BCB nº 352/23, as perdas deverão ser mensuradas através da aplicação dos fatores percentuais de perda incorrida, segregados aos tipos de carteira (C1 a C5) a serem contados a partir do inadimplemento. Adicionalmente, as Instituições Financeiras deverão constituir, para as operações adimplidas e inadimplidas, provisão adicional, conforme expediente da referida Resolução, seguindo os critérios estabelecidos no art. 78 da Res. nº 352/23.

Perímetro de Aplicação

O modelo de impairment de Ativos Financeiros definido pela Resolução CMN nº 4.966/21 tem escopo de aplicação mais amplo do que o modelo de perda atualmente utilizado, aplicando-se sobre os Ativos Financeiros classificados nas categorias "custo amortizado", sobre os instrumentos de dívida classificados na categoria "valor justo através de outros resultados abrangentes", bem como riscos e compromissos contingentes.

Quanto aos Ativos Financeiros classificados na categoria "valor justo por meio do resultado", para fins de avaliação das perdas esperadas no contexto da Resolução CMN 4.966/21, são consideradas as seguintes definições:
i) Derivativos, instrumentos patrimoniais e ativos classificados a valor justo por meio do resultado (VJR) a nível 1 de hierarquia de valor justo, exceto títulos privados, não fazem parte do escopo de perdas esperadas, conforme Resolução CMN 4.966/21, Art. 1º, §3º, inciso II;

ii) Ativos classificados a valor justo pelo resultado (VJR) e não incluídos no item "a" fazem parte do escopo de perdas esperadas, sem a necessidade de segregação do componente de perdas esperadas, exceto atraso superior a noventa dias;

Definição de Ativo Problemático e Stop Accrual

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos, ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Adicionalmente, é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito, em um processo denominado *Stop Accrual*. Com base na Resolução CMN nº 4.966/21, que definiu o conceito de ativo problemático dentro das políticas da Honda Leasing considerando como default o atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos ou quando houver o indicativo de que a obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. No entanto, a Honda Leasing não possui atualmente instrumentos financeiros que possuam característica de concessão de crédito ou financiamento para considerar *Stop Accrual*. A administração conduz uma avaliação no mínimo semestralmente, juntamente com teste de SPPI, para identificar possíveis mudanças desse cenário.

Baixa de Ativo Financeiro

Conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.966/21, um ativo financeiro deve ser baixado nos seguintes cenários:

- Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou
- O ativo financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa.

O critério de baixa definido pela Honda Leasing, segue o mesmo modelo do Banco Honda S.A., sendo considerado o *written-off* (período de reconhecimento de não-recuperação do valor) em doze meses (360 dias), sendo três meses de atraso mais nove meses até o lançamento à prejuízo.

c) Hedge Accounting

Os requisitos de *Hedge Accounting* estabelecem a representação, nas demonstrações financeiras, do efeito da gestão de riscos de uma instituição no que tange à utilização de instrumentos financeiros para gestão das exposições que afetam os resultados da entidade.

Ressalta-se que as operações de *hedge* devem ser reclassificadas a partir de 1º de janeiro de 2027 para as novas categorias descritas abaixo:

- Hedge* de valor justo;
- Hedge* de fluxo de caixa;
- Hedge* de investimento líquido no exterior.

Atualmente a Honda Leasing não possui estratégias de *Hedge Accounting* nas suas operações.

II. Lei 14.467 de 17 de novembro de 2022

A Lei 14.467/22, publicada em 17 de novembro de 2022, incorpora mudanças nas regras de dedução das perdas ocorridas no recebimento de créditos provenientes das atividades das instituições financeiras e outras instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. A partir de 1º de janeiro de 2025, a Lei 9.430/96 deixou de ser aplicada às instituições financeiras. Tais alterações visam alinhar as normas tributárias e contábeis, com vistas a reduzir as vulnerabilidades decorrentes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

Regras para dedutibilidade de operações inadimplidas:

(i) O atraso para considerar a operação como inadimplida e passível de dedutibilidade fiscal será de 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos, independentemente da data da contratação;

(ii) O valor da perda dedutível deverá ser apurado mensalmente, limitado ao valor total do crédito, seguindo as seguintes regras:

- Aplicação do fator "A" sobre o valor total do crédito a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida;
- Mais o valor resultante da aplicação do fator "B" multiplicado pelo número de meses de atraso, a partir do mês em que a operação foi considerada inadimplida, sobre o valor total do crédito;
- Menos os montantes já deduzidos em períodos de apuração anteriores.

O Fator A e o Fator B da Lei 14.467/2022 são coeficientes utilizados para calcular a dedução das perdas com créditos inadimplidos no cálculo do Imposto de Renda e da CSLL de instituições financeiras. Esses fatores ajustam o valor da perda dedutível ao longo do tempo, considerando o tipo de crédito e suas garantias.

Encargos financeiros dos créditos: Deverão ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os encargos financeiros sobre as perdas incorridas no recebimento de créditos e reconhecidos contabilmente como receitas de operações inadimplidas ou após a data da decretação da falência ou do deferimento da recuperação judicial do devedor. No período em que se tornarem disponíveis para a pessoa jurídica, para os fins legais, deverão ser adicionados.

Recuperação de Créditos: Deverão ser computados na base de cálculo do IRPJ e da CSLL o montante dos créditos deduzidos que tenham sido recuperados, em qualquer época ou a qualquer título, inclusive nos casos de novação da dívida ou do arresto dos bens recebidos em garantia real.

Adicionalmente, de acordo com a MP 1.261/24 os instrumentos financeiros que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 e que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

A Resolução CMN nº 4.966/21 traz o conceito de *stop accrual* em 90 dias de atraso, diferentemente do critério atual existente de 60 dias de atraso.

Impactos Estimados da Adoção das Novas Normas

Não tivemos impactos estimados dos novos normativos frente as demonstrações financeiras na data-base de 31/12/2024 conforme quadro abaixo:

Patrimônio líquido antes dos ajustes estimados provenientes da adoção das novas normas.....	25.158
Efeito da adoção inicial Resolução CMN nº 4.966/21.....	-
Patrimônio líquido após ajustes estimados provenientes da adoção das novas normas	25.158

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Dez/2024	Dez/2023
Disponibilidades		
Contas correntes bancárias.....	376	193
Total.....	376	193

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Referem-se a certificados de depósitos bancários classificados como disponíveis para negociação, com possibilidade de resgate antecipado, conforme a seguinte disposição:

	Dez/2024	Dez/2023
Disponível para negociação	Valor de Custo Mercado/Contábil	Valor de Custo Mercado/Contábil
Certificados de depósitos bancários (Coligadas) (i).....	26/05/2025 25.331	25.331
	25.331	23.555
	25.331	23.555
	25.331	23.555

(i) Os Certificados de Depósitos Bancários (CDB) são emitidos pelo Banco Honda S.A. Esses certificados possuem como finalidade a cobertura de caixa da Honda Leasing.

6. OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS

	Dez/2024	Dez/2023
Devedores por depósito em garantia (i).....	67	481
Despesas antecipadas.....	-	1
Total.....	67	482

(i) As variações nas contas ocorreram principalmente devido a um bloqueio dos ativos financeiros da Honda Leasing para a garantia integral do débito e, posteriormente, referida penhora foi substituída pelo Seguro Garantia. Com a substituição da penhora pelo seguro garantia, os ativos anteriormente bloqueados foram regularmente liberados e levantados em favor da Honda Leasing, com a transferência do montante para a conta da Honda Leasing.

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Dez/2024	Dez/2023
Fiscais e previdenciárias.....	11	10
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	600	553
Valores a pagar a sociedade ligada.....	6	6
Total.....	611	569

8. PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

A Honda Leasing é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e outros assuntos, cujos riscos de perda foram classificados como provável por nossos assessores jurídicos, como segue:

	Dez/2024	Dez/2023
Provisão para contingências cíveis.....	9	34
Total.....	9	34

a. Movimentação dos processos

	Dez/2023	Dez/2024
Saldo inicial	34	34
Adição à provisão	1	(2)
Reversão	(2)	(24)
Utilização	(24)	(24)
Saldo final	9	9

	Dez/2022	Dez/2023
Saldo inicial	23	34
Adição à provisão	11	-
Reversão	-	-
Utilização	-	-
Saldo final	34	34

(i) Refere-se a ações judiciais movidas contra a Honda Leasing que objetivam discutir produtos, serviços e relações contratuais. A maioria dos processos tem cunho indenizatório (dano moral e material) e revisão de contratos de arrendamento, sendo em sua maior parte do juizado especial cível e, portanto, limitadas a 40 salários-mínimos.

Em 31 de dezembro de 2024 a Honda Leasing possui processos tributários, cujos riscos de perdas foram classificados como possíveis no montante de R\$ 83 (R\$ 58 em 31 de dezembro de 2023).

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Honda Leasing apresentou um lucro líquido de R\$ 1.518 (lucro líquido de R\$ 1.616 em 31 de dezembro de 2023).

a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e a contribuição social incidentes sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação.....	2.245	2.245	2.289	2.289
Adições temporárias:				
Outros.....	73	73	35	35
Exclusões temporárias:				
Outros.....	(35)	(35)	-	-
Lucro líquido acum. antes do IRPJ.....	2.283	2.283	2.324	2.324
Compensação prejuízo fiscal períodos anteriores.....	(685)	-	(697)	(353)
Valor-base para tributação.....	1.598	2.283	1.627	1.971
Alíquota-base (15% IRPJ e 15% CSLL).....	240	343	244	295
Adicional 10%.....	136	-	139	-
Despesa de IRPJ e CSLL correntes no exercício.....	376	343	383	295

b. Movimentação da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
IRPJ e CSLL correntes devidos no exercício				
Imposto de renda e contribuição social.....	376	343	383	295
Total de imposto de renda e contribuição social.....	376	343	383	295

c. Movimentação da conta de resultado de IR/CSLL diferido

	2024		2023	
Imposto de Renda Diferido.....	6	(2)	6	(2)
Contribuição Social Diferido.....	3	(2)	3	(2)
Despesas IR/CSLL diferido.....	9	(4)	9	(4)

* Reflexo das deduções da base de créditos tributários demonstradas na nota explicativa Bc.

d. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	2024		2023	
Adições temporárias:				
Provisão para contingências cíveis.....	25	11	25	11
Total das diferenças temporárias.....	25	11	25	11
Crédito tributário – Imposto de renda.....	6	2	6	2
Crédito tributário – CSLL.....	3	2	3	2
Total Crédito Tributário.....	9	4	9	4

e. Natureza e origem dos créditos tributários

	Saldo em Dez/2023	Baixa/Realização	Constituição	Saldo em Dez/2024
Natureza e origem dos créditos tributários				
Ações Contrárias.....	34	(26)	1	9
Saldos.....	34	(26)	1	9

Natureza e origem dos créditos tributários

	Saldo em Dez/2023	Baixa/Realização	Constituição	Saldo em Dez/2022
Natureza e origem dos créditos tributários				
Ações Contrárias.....	34	-	11	24
Saldos.....	34	-	11	24

f. Realização dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2024.

	2025	2026	2027	2028	2029	Total
Imposto de renda						
Adições temporárias:						
Provisão para contingências cíveis.....	-	-	-	2	-	2
Total.....	-	-	-	2	-	2
Contribuição social						
Adições temporárias:						
Provisão para contingências cíveis.....	-	-	-	2	-	2
Total.....	-	-	-	2	-	2
Total Créditos Tributários Dez/2024.....	-	-	-	4	-	4

O valor presente deste crédito tributário é no montante de R\$ 2 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 11 em 31 de dezembro de 2023), considerando a taxa SELIC de 8,80% ao ano. Os critérios e constituição e realização de créditos tributários estão assim apresentados:

- A constituição do crédito tributário foi efetuada com base nas adições temporárias no período corrente;
- As projeções da taxa SELIC são baseadas nas premissas dos eventos orçamentários internos do grupo Honda e são projetadas através de estudo realizado por consultoria contratada e aprovadas pela administração;
- A realização dos créditos tributários constituídos, existente em 31 de dezembro de 2024, foi estimada de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, sobre o desfecho das provisões são de: 100,00% no ano de 2028. Estas estimativas serão revisadas anualmente;
- Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, considerando as expectativas da administração quanto à realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias da instituição e indicadores econômico-financeiros;
- Para a apuração dos créditos sobre os valores de ações contrárias foi levado em consideração o prazo médio da ação perante a Justiça Comum que é de 5 anos, e do Juizado Especial Cível, que é de 3 anos, bem como as decisões que estão sendo proferidas atualmente;
- A Honda Leasing possui prejuízos fiscais acumulados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 (IRPJ – R\$ 5.044 e CSLL não há valores) e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 (IRPJ – R\$ 9.345 e CSLL não há valores). A empresa não vem constituindo créditos tributários sobre esses prejuízos fiscais acumulados, por não conseguir atender os critérios da Resolução CMN 4.842/20, Artigo 4º parágrafos I e II.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social está representado por 7.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas por acionista domiciliado no País, totalizando R\$ 11.867 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 11.867 em 31 de dezembro de 2023).

	Valor das ações		
	2024	2023	2023
Honda South America Ltda.....	11.867	11.867	11.867
Total.....	11.867	11.867	11.867

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a até 20% do Capital Social (Circular 1.273 e Resolução CMN nº 4.872/2020). A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

c. Reservas Especiais de Lucro

É constituída do total lucro líquido do exercício, subtraindo à razão de 5% limitado a até 20%. Conforme Estatuto Social da Honda Leasing, a Assembleia geral decidirá sobre a destinação a ser dado ao lucro líquido do exercício, obedecidos os dispositivos gerais. A sociedade poderá distribuir lucros, a qualquer momento, nos termos da legislação em vigor, cujo valor poderá ser imputado, líquido do imposto de renda retido na fonte, ao valor de dividendos obrigatórios.

d. Dividendos

Conforme Estatuto Social da Honda Leasing, a Assembleia Geral decidirá sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, obedecido os dispositivos legais. Nenhum dos sócios terá o direito a qualquer parcela dos lucros até que seja adotada deliberação expressa sobre sua destinação. A sociedade poderá levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais distribuindo os lucros então existentes. A sociedade poderá distribuir lucros, bem como declarar o pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação em vigor, cujo valor poderá ser imputado, líquido do imposto de renda retido na fonte, ao valor de dividendos obrigatórios. No exercício em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve distribuição de dividendos.

11. CONTAS DE RESULTADO

a. Receitas da intermediação financeira

	2º Semestre	2024	2023
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....	1.285	2.488	2.766
Receita da intermediação financeira.....	1.285	2.488	2.766

b. Outras despesas administrativas

	2º Semestre	2024	2023
Despesa de terceiros.....	(1)	(28)	(33)
Despesa de processamento de dados.....	-	(29)	(118)
Serviços técnicos especializados.....	(17)	(36)	(32)
Despesa de publicação.....	(1)	(31)	(30)
Serviços sistema financeiro.....	(19)	(58)	(94)
Outros.....	(21)	(26)	(14)
Outras despesas administrativas.....	(59)	(208)	(321)

c. Despesas tributárias

	2º Semestre	2024	2023
PIS sobre outras Receitas.....	(9)	(18)	(18)
COFINS sobre outras Receitas.....	(53)	(106)	(110)
Taxas e Emolumentos Estaduais (CADIN).....	(71)	(71)	-
Outras Taxas.....	(2)	(4)	(30)
Despesas tributárias.....	(135)	(199)	(158)

d. Outras receitas operacionais